

**CONFLITOS NA RDC – UMA HERANÇA IMERECIDA PARA SEU
CONTEXTO, UMA MENTALIDADE AFRICANA
MERECIDA PARA SEU FIM**

Ricardo Sacalumbo Bapolo, Academia Militar do Exército, Angola
rsbapolo@hotmail.com

DOI: https://doi.org/10.60746/8_14_36810

ABSTRACT

Based on bibliographical review and documentary research, this approach was developed with historical and political geography perspectives, addressing the issue of conflicts in the DRC. Talking about the conflicts in the DRC is describing a major challenge that the Great Lakes region and southern Africa have faced for decades. A situation that has already caused many inks and pages to run out. There has been a lot of talk about the issue of this violent and intense conflict, which, on the one hand, makes certain scholars question the influence of the West in it, and others still question the fragility of the DRC forces and the interference of neighboring countries. This study presents another perspective based on the need to change the African mentality as a way of combating, if not even eradicating, the escalation of violence that this region has been facing. The investigation brings a necessary reflection on Africa and Africans, regarding this image that the continent is building and offering to the world. This image undermines the full growth and development of the continent. It is no longer time for Africans to insist on the cry of harmful colonial legacies, it is time to commit ourselves to ideals that promote respect and human dignity and safeguard the basic fundamental rights of human beings, including life.

Keywords: DRC, mentality, undeserved heritage, colonialism.

RESUMO

Com base na revisão bibliográfica e pesquisa documental, desenvolveu-se a presente abordagem com perspectivas históricas e de geografia política, para abordar a questão dos conflitos na RDC. Falar sobre os conflitos na RDC, é descrever um grande desafio que a região dos grandes lagos e a África austral enfrentam a décadas. Uma situação que já fez esgotar muita tinta e páginas. Há muito que se tem falado sobre a questão deste violento e acentuado conflito que, se de um lado coloca certos estudiosos a questionar a influência do ocidente no mesmo, do outro coloca os que ainda questionam a fragilidade das forças da RDC e a interferência dos países vizinhos. Neste estudo apresenta-se uma outra perspectiva assente na necessidade de mudança de mentalidade africana como forma de combater, se não mesmo erradicar as escaladas de violências que esta região tem vindo a enfrentar. A investigação traz uma necessária reflexão de África e dos africanos, a respeito desta imagem que o continente vai construindo e oferecendo ao mundo. Imagem esta que corrói o pleno crescimento e desenvolvimento do continente. Já não é hora dos africanos insistirem no clamor das nefastas heranças coloniais, é sim, hora de nos comprometermos com os ideais que promovam o respeito e a dignidade humana e salvaguardem os direitos fundamentais básicos do ser humano, de entre eles, a vida.

Palavras-chave: RDC, mentalidade, herança imerecida, colonialismo.

1. INTRODUÇÃO

Desde os tempos remotos existiram sociedades, povos, reinos, territórios e personalidades de extrema influência em todos os sectores e dimensões da vida. Facto é que as hegemonias ou ascensões, precisam ser assumidas e acima de tudo salvaguardadas.

Se recorremos à história universal, muitos são os relatos de estados, reinos, personagens e instituições que por não conseguirem conciliar a dicotomia hegemonia e preservação da mesma, acabaram por conhecer seu declínio. Relembre-se o grande império romano, que no confortável descanso após a conquista e subordinação dos bárbaros, aconchegou-se ao trono, até que veio conhecer o seu surpreendente declínio em 476 (a.c) e mesmo nas cinzas da queda do império romano do ocidente, nasce o império oriental que em 1453 também conhece seu declínio, estes só para citar.

A história africana está recheada de discursos épicos sobre o Congo, quer seja na perspectiva de ser um dos grandes impérios de África, quer seja pelo facto de ter sido nele o local onde foi acolhido muitos interesses europeus e até mesmo ser este reino a causa remota da realização da conferência de Berlim. Falar do reino do Congo, embora nesta época carregava uma extensão acima da actual “fatia territorial” que corresponde a RDC (República Democrática do Congo), vale realçar o facto de que é no mesmo território, por onde se exerciam influências organizacionais e civilizacionais, atendendo a sua importância geopolítica da época aliado aos mais valiosos recursos nele existentes.

Volvidos os anos de colonização, bem como a tão frenética vitória pelo alcance da independência do jugo belga em 1960, a RDC, tal como vários países africanos, não soube, ora por falta de uma cultura que assim permitisse, ora por falta de iniciativas ou vontade política, construir um clima de paz, tranquilidade e harmonia social.

Não obstante a isso, chegara a independência, mas não se via a essência e as razões mais fundamentais do alcance da independência, pois que “*entre 1996 e 2003 aconteceram a Primeira e a Segunda Guerra do Congo.*” (VALENZOLA, 2015, p. 2).

Do ponto de vista histórico, o modelo colonial adoptado na República do Congo, deixou raízes de um sentido “semi-humano” partindo do princípio de que na época colonial, a marca do sistema, remete “*os horrores da exploração de marfim e*

borracha, o caso Lumumba” (KOIDE, 2013, p. 73). Estavam criadas as condições para um destino de instabilidade, visto que: “O governo de Mobutu foi marcado pela utilização da máquina pública em benefício de uma elite, da mesma forma que ocorreu em outros países do norte do continente até a Primavera Árabe, sem questionamento externo porque esses governos não eram preocupações aos interesses estadunidenses. Facto importante no que toca à RDC é que sua riqueza natural motivou o interesse dos vizinhos e de organizações não estatais que passaram a existir num contexto de contestação ao monopólio estatal dos bens do país. O fim do governo de Mobutu ocorreu num momento em que tais organizações instituídas na forma de milícias passam a contestar o poder central do presidente com o financiamento e apoio material de países vizinhos como Ruanda e Uganda. Mais que isso, a questão da convivência entre os refugiados no país passou a refletir os conflitos que os motivavam em suas nações originais, formando um cenário” (VALENZOLA, 2015, p. 2).

Enquanto durava esse clima de fomento de expropriação e sabotagem, não se evidencia do ponto de vista formal uma preocupação colonial com o pós-independência do Congo, embora já se vivia a época pós-guerra fria e época de surgimentos de instituições africanas da mesma região geográfica que o Congo que já clamavam pelas suas independências.

Alcançada a mesma, a tendência de reorganização política e social da RDC, passou a ser um desafio dos africanos que passam a ser protagonistas de seus destinos. Colonização a parte, realidade é que a RDC deixou de ser uma colônia. Estava em causa a evidência da mentalidade da liderança africana, uma mentalidade que fomente a paz, uma mentalidade inclusiva e protetora dos direitos básicos da população. Era o momento de recriar a identidade africana no Congo, era o momento do estado assumir-se como tal, pois que a força do Estado, reside na capacidade de combinar esforços e meios a sua disposição de forma natural, como aqueles que por força da realidade e

circunstâncias deve adaptar-se ao mesmo fim: Garantir o bem-estar, justiça social, paz e harmonia. O Estado, na perspectiva de (FILHO, 2012, p. 225) é um “*ente abstrato dotado de capacidade de organização político-institucional com o fim de reconhecimento e proteção universais dos seus nacionais*”. Caso para dizer que os pressupostos inerentes a imerecida herança colonial, devem ser vistos apenas como factor de consideração e mecanismo de adopção de uma melhor via para a resolução dos conflitos, mas que o fim do mesmo, assenta-se necessariamente a uma mentalidade africana voltada ao espírito de fomento de paz.

Esta abordagem remete a uma reflexão sobre a influência colonial nos conflitos da RDC, bem como a necessidade de uma mentalidade africana e não só, capaz de contrapor esse conflito que muito tem dizimado a população deixando cada vez mais insegura e ofensiva a região da RDC.

2. CONFLITO, O QUE É?

Os múltiplos conceitos e definições que podem ser atribuídos ao conflito, recaem maioritariamente na questão de divergências, disputas, choques, contendas, desentendimento. O conflito em detrimento do contexto pode ter várias perspectivas sendo que, em algumas ciências, o conflito pode ser apresentado como algo favorável pois que o seu fim gera aprendizagens, gera resultados, gera inovação. Na perspectiva do contexto geopolítico e estratégico a que se refere esta abordagem, o conflito deve ser percebido como um mal, um defeito, um desastre, uma angústia. Tudo isso porque a situação que a RDC vivencia, em nada abona aos mínimos factores de justificação e compreensão da situação, pois que, a cada dia que passa os índices de mortes e efeitos nefastos associados ao conflito têm se acentuado, pois que “*“A crise na RDC é uma das mais graves, complexas, prolongadas e negligenciadas do mundo”*” (LEMARQUIS, 2024).

Derivado do latim “*conflictus*”, que, por sua vez, é participio passado do verbo “*confligere*”, composto do prefixo “*con*” – que significa junto – e “*fligere*”, que quer dizer colidir, chocar-se, trombar. O conflito consiste em querer assumir posições que entram em oposição aos desejos do outro, que envolve uma luta pelo poder e que sua expressão pode ser explícita ou oculta atrás de uma posição ou discurso encobridor (VEZZULLA, 1998.).

O conflito é também visto como um processo no qual o esforço é propositadamente desenvolvido por A no sentido de eliminar os esforços de B para alcançar um determinado objetivo através de alguma forma de bloqueio que resulta na frustração de B. (ROBBINS, 2005.).

O conflito, por si só não existe, não acontece e não perdura enquanto não houver forças envolventes e interessadas para o seu sustento. A questão do conflito na RDC, além dos esforços diplomáticos, políticos e militares que tem vindo a ser desenvolvidos, carece de um posicionamento inflexível pautado pela mudança de mentalidade, do princípio de que o fomento da paz deve ser visto como ma responsabilidade individual e colectiva.

3. CONFLITO NA RDC – UMA HERANÇA IMERECIDA PARA O SEU CONTEXTO

A designação de herança imerecida ao conflito, pode gerar controvérsias e consensos nas várias perspectivas de abordagens. Se tivermos em conta a realidade social, cultural, política da RDC na era colonial, fica a impressão de que a realidade que hoje se vive naquela região, é uma espécie de continuidade do que o povo estava durante décadas habituado antes da independência, isto é, os maus-tratos, as sevícias e muito mais.

Ao debruçar sobre o conflito na RDC, não se pode isolar a influência do passado ao presente, “*deve – se compreender este fenômeno dentro de um contexto em que a memória da colonização e eventos traumáticos do passado tornaram-se temas políticos presentes (...)*” (KOIDE, 2013). Embora pode-se aqui encontrar um respaldo histórico para compreender a causa remota ou factor que concorre ao conflito, é hora de perceber que a mentalidade africana deve renascer tal como assistiu-se muitos renascimentos. Pode-se dar o exemplo da África do Sul, da Namíbia só para citar, que mergulharam num dos mais pesados sistemas de submissão e dominação o “apartheid”, mas que embora terem vivenciado com este bárbaro e penoso sistema de opressão, hoje são apontados como referência de paz, tranquilidade e progresso na mesma região a que a RDC faz parte – a região austral de África.

O conflito na RDC, entende-se como herança imerecida, porque a RDC é um país cujas potencialidades em termos de recursos naturais, deviam sustentar a premissa segundo a qual o foco da gestão do mesmo seria devolver o bem-estar e o desenvolvimento aos cidadãos no período pós-colonial. A incessante luta pelas disputas territoriais e controlo de zonas de maior concentração de riquezas na RDC por parte de seus cidadãos transformados em milícias com apoio de forças estrangeiras vizinhas de África, denota e trás por cima a questão da mentalidade africana merecida para o fim do conflito. A África e os africanos precisam assumir e tomar consciência partindo do princípio de que os problemas africanos podem e devem merecer soluções africanas embora tal facto, não descarte influências geopolíticas favoráveis para o fim.

4. OS PRESSUPOSTOS DA GEOGRAFIA POLÍTICA E O CONFLITO NA RDC

A geografia política, de entre as várias perspectivas do âmbito da sua actuação, de acordo com (COSTA, 2012, p. 12) ela se resume nas seguintes categorias:

4.1. TERRITÓRIO

Compreende ao espaço físico delimitado que abarca toda zona com designação própria. É o lugar onde as pessoas se concentram para exercerem suas actividades e por sua vez, nele é exercido o poder que rege os que nele habitam. A dimensão de um território, tem na verdade influência no exercício da autoridade, no exercício do poder. A extensão exige uma análise e compreensão minuciosa sobre a tipologia do sistema de segurança do ponto de vista material e humano, com vista a que sejam assegurados o sentimento de segurança da população que habita no mesmo território.

A República Democrática do Congo é o segundo maior país da África depois da Argélia e está localizada na região central do continente, com extensão territorial de 2.345.409 km², possui vários climas, em virtude de suas diferentes altitudes. O norte, próximo do rio que dá nome ao país, é tropical e húmido. Ao sul, onde se encontram as planícies altas, o clima é mais ameno e seco. Ao leste, também composto de planícies elevadas, as temperaturas são médias e a humidade é dominante. Por ser um país equatorial, a RDC possui a segunda maior floresta tropical do mundo, somente atrás da Amazônia. O Sul vai se tornando uma zona de transição para as savanas (VISENTINI, 2010).

A bacia do Rio Congo irriga com abundância a maior parte do país, enquanto os lagos orientais garantem um estoque adicional de água. Os principais recursos naturais são cobalto, petróleo, diamante e cobre, além de minerais estratégicos para as indústrias de tecnologia de ponta. Além disso, por dispor de imensos territórios férteis, o país tem café e cacau em grande quantidade. A floresta equatorial ainda cobre grande parte do país (VISENTINI, 2010).

Do ponto de vista territorial, a RDC, ocupa uma zona vasta, o que pressupõe dizer que tal realidade por si só, já é propensa de acarretar muitos problemas de várias ordens, caso não haja um sistema político e de defesa capaz de assegurara a integridade e

soberania. No que concerne as riquezas existentes neste território, tem sido apontado por muitos estudiosos como sendo uma das grandes causas deste quase recorrente e infinito conflito.

4.2. PODER

É o elemento mediador entre o Estado e o Território. É a emanção de quem manda e quem obedece. O poder político não deve ser arbitrário (COSTA, 2012). O poder deve ser confiado a uma pessoa que cumpra com os requisitos constitucionalmente estabelecido para a concorrência a vaga presidencial, facto este que se consuma apenas com a realização de eleições democráticas, livres, justas e devidamente acompanhada pelos observadores nacionais e internacionais cuja idoneidade seja provada em matéria de supervisão e acompanhamento eleitoral. Todos estes elementos devem se ter em conta, por formas a que sejam evitados conflitos pós-eleitorais que quase se tornou “cultura em África”. As eleições não podem ser sinónimos de subversão, golpes, intensificação de conflitos ou mesmo insegurança de várias ordens.

O exercício do poder mediante uma ascensão justa, ordeira, pacífica e democraticamente reconhecida, reforça o âmbito de actuação e aceitação do poder por parte de que neles recai o exercício do mesmo. Outrossim, quando tal não acontece, por mais alta que seja a voz de quem exerce o poder, a mesma é silenciada, quer seja por influências internas como externa.

Quanto a este aspecto do poder, a sua ascensão pós independência, nunca foi saudável na RDC. Desde sempre o poder esteve em litígio e foi motivo de conflitos na RDC o que de certa forma gerou a herança imerecida tal como se pode confirmar de acordo com (CRAVINO, 2007, p. 3): “Longe de ser pacífica, a transição haveria de ficar marcada por inúmeras disputas que tiveram origem em três factores: o legado do colonialismo belga, responsável pela instrumentalização de questões relacionadas com

a identidade instigando, conseqüentemente, Hutus e Tutsis; o regime de Joseph Désiré Mobutu, marcado pelo agudizar das relações entre as duas etnias, manipuladas, sempre que as questões políticas o exigiam”.

4.3. FRONTEIRAS

Efectivamente, as fronteiras são objectivos geográficos, mas têm uma conotação muito mais política que propriamente da Geografia. É uma área onde os interesses de Estado podem estar em jogo, pois envolve segurança nacional, litígio, conflitos, migrações clandestinas (COSTA, 2012).

A RDC, faz fronteira com a República Centro-Africana e Sudão ao Norte, Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia (através do Lago Tanganika) ao Leste, Congo-Brazzaville ao Oeste e Zâmbia e Angola ao Sul. O país dispõe de uma exígua faixa litorânea, onde desemboca o Rio Congo. (VISENTINI, 2010).

As fronteiras, devem ser mantidas e são encaradas como zona de influências, razão pela qual, elas são sustentadas através das boas relações entre os estados. O contrário desse princípio, transforma as zonas fronteiriças num espaço volátil e de tensão e desequilíbrio da soberania de um dos estados. De acordo com Hoskyns (s/d) citado por (CRAVINO, 2007), a questão da fronteira, tem forte repercussão no conflito da RDC, visto que *“as guerras civis ocorridas no Uganda, Burundi e Ruanda se alastraram muito além das respectivas fronteiras”* (p. 3). Ainda na mesma senda, *“a questão dos recursos naturais, longe de apaziguar, provocou o crescente interesse das potências vizinhas, que neles encontravam motivos de sobra para a continuação da contenda, relegando para um segundo plano toda e qualquer possibilidade de diálogo”* (Idem).

Esta situação fronteira da RDC e sua influência no conflito, faz reatar a ideia de que a paz na RDC, é uma questão de mentalidade. Muito além do que se pode invocar

como fundamento no âmbito político – militar, importa realçar que a segurança regional pode estar em causa por reincidência ou efectividade de conflitos e insegurança de um só país, pelo que, se tal como Angola, os outros países vizinhos se dedicarem mais na busca de uma solução pacífica para questões que afligem a RDC, a região dos grandes lagos e a África Austral, saem como regiões beneficiárias desta estabilidade, visto que não será somente a RDC a vivenciar um clima de paz em harmonia.

As reiteradas denúncias da RDC contra Ruanda principalmente, deve ser visto como uma vergonha africana e motivo para uma mentalidade merecida para o fim do conflito, pois que, embora a perspectiva geopolítica obedeça outros meandros de interpretação, neste caso em concreto, vale a moral, vale o diálogo, vale o calar das armas na RDC.

4.4. POPULAÇÃO

Refere-se aos residentes do território. Claro, sem população não existe Estado. A República Democrática do Congo tem uma população estimada em 93,7 milhões de habitantes. Os congoleseos ainda sofrem as consequências das duas guerras e ainda convivem com conflitos civis em diversas províncias, embora em menor proporção, publicidade e intensidade em relação àqueles que começaram há mais de duas décadas. Mas o sofrimento da população ainda perdura com a situação de extrema pobreza, deslocamentos, separação de parentes, abusos e violência sexual e a tirania imposta por militantes do governo. (ULISSES, 2021).

A RDC também tem um alto número de deslocados, que fogem pelas fronteiras em busca de uma vida melhor nos territórios vizinhos ou países mais longínquos. E apesar da riqueza em recursos naturais como minérios, o país tem a terceira maior população

de pobres do mundo, atingindo 73% dos congoleses vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia (ULISSES, 2021).

Estes dados concorrem para a agudização do conflito, visto que o sentimento de repulsa, de descontentamento e angústia por parte da população é maior, e quando tal acontece, não há como se ter uma mobilização plena do ponto de vista patriótico para que a população coloque a pátria em primeiro lugar, pois que a pressão da fome e os males que a mesma acarreta, encrava pensamentos sobre a utilidade de uma defesa colectiva em detrimento de uma autossatisfação.

4.5. ESTADO

É uma categoria fundamental na Geografia Política, sendo a instituição suprema do território. Tem o domínio e legitimidade de aplicar até mesmo a violência para “manter a segurança nacional”. É um complexo de órgãos e instituições que o representa, mas resumidos nos três poderes institucionais: Legislativo, Executivo e Judiciário. Sem o Estado, a Geografia Política não existe.

A questão do estado, remete ao exercício do poder em todas as suas dimensões. A robustez do estado, deriva do grau da sua prestação aos seus cidadãos bem como a demonstração de iniciativas e acções que promovam o bem – estar dos mesmos. O contrário, é fragilidade e fatalidade do mesmo estado. E, quando a figura do estado desaparece, de certeza que, a anarquia ascende ao trono.

5. CONFLITO NA RDC - UMA MENTALIDADE AFRICANA MERECEIDA PARA SEU FIM

Africanamente falando, se farta de ouvir que a situação de uma instituição, região ou pessoa “está um Congo” quando a intenção é querer referir-se a uma condição de desordem, instabilidade, sabotagem, arruaça. A questão que se coloca é: Porquê?

Tendo em conta os pressupostos elencados anteriormente da geografia política, enquanto ciência que abarca a essência da organização humana no seu topo, que é o estado, ficou evidenciado a dimensão do território da RDC como sendo muito vasto a questão da fronteira como sendo em alguns pontos inseguras, frágeis e portas de sustento do conflito. Aliado a triste realidade social que a população vive, mesmo tendo os seus inúmeros recursos, é importante e chega a hora dos africanos e seus líderes, repensem o que se quer verdadeiramente com o continente.

A questão de conflitos, acarreta interesses e interessados. Estes interesses, são na sua maioria um atentado ao bem-estar, são desastrosos em todas as dimensões não só para a RDC, como também macula o nome e a identidade africana. Os poucos despertados de África, não se clam de questionar sobre o papel teórico e prático da União Africana. Não é preciso ler muito para se compreender que a África precisa estar mais unida, mais coesa, e que os princípios que regem as cláusulas de comprometimento dos líderes para com o povo, devem ser rigorosamente cumpridos na sua íntegra. África carece de uma tomada de consciência, de se mentalizar e erradicar os conflitos, principalmente pelo facto de que, boa parte dos conflitos que se eclodem em África, são previsíveis e ao serem previsíveis, também podem ser evitáveis.

Até quando o sangue na RDC continuará a ser o troféu de minoria que em sacrificio da maioria espalha terror, insegurança, medo e todo tipo de violação de direitos humanos? Até quando a mentalidade continuará presa no sentimento de que o que acontece com outro pouco ou nada tem a ver com quem não é vítima directa?

Ao se falar de uma mentalidade merecida para o fim do conflito, em causa está o apelo da necessidade de África e os africanos, assumirem de forma comprometida e incondicional, acabar com os conflitos internos. Se por lado, certos conflitos se assumem como herança, por outro lado, tem-se a questão de mentalidade africana, que precisa ser assumida e reerguida em defesa dos direitos da soberania e integridade.

África está recheada de organizações regionais e não só. Todas elas, se não tiverem o foco primordial de “pensar África, pelos africanos com africanos para os africanos”, em nada valerá a existência das mesmas. Uma mentalidade africana, implica responsabilidade colectiva e individual sobre o contributo em favor da paz e estabilidade continental. A paz por si só não existe, assim como a guerra. Elas precisam ser sustentadas e financiadas. Contudo, se através dos pensamentos, crenças, discursos e acções, estiverem estampadas o reflexo da paz, segurança e estabilidade, acredita-se que esta mentalidade pode gerar a paz. São recorrentes em África e no mundo, experiências de situações de tensões político – militares, cujo fim deu-se fundamentalmente pela via do diálogo. E a manutenção do diálogo, passa pela aceitação, pela mudança de mentalidade e compreensão de que os valores mais básicos devem ser salvaguardados para a construção e fortalecimento das nações.

6. CONCLUSÃO

Após esta breve incursão histórica e contextual dos conflitos na RDC, as evidências apontam ao facto de que do ponto de vista da sua história, é quase compreensível a razão dos incessantes conflitos nesta região que foi durante décadas assolada por regimes brutais e desumanos, facto para dizer que, foi uma herança imerecida. Constitui herança imerecida, porque até mesmo o colonizador, não soube tirar proveito das potencialidades da RDC, questiona-se, se tal ocorreu por ingenuidade, falta de dadedoria, ignorância ou mesmo pelo sentimento de invalidez africana sustentada por certas potências coloniais em África.

Os conflitos na RDC, constituem um facto vergonhoso, não só para a região em que ela faz parte, mas como também ao continente todo. Verdade é que a RDC nunca experimentou décadas de tranquilidade desde que ascendeu a independência em 1960, razão pela qual, muitos africanos até hoje questionam o verdadeiro motivo e essência

das lutas pelas independências que ao invés de trazer o que se esperava, que era o bem-estar, liberdade e autonomia, gerou em muitos casos, situações mais desastrosas.

Aliado a estes facto, junta – se nesta triste realidade a mentalidade de muitos africanos, que associados em tendências de interesses menos esclarecidos, pactuaram com os ex colonizadores, pactuaram com a desordem, pactuaram com o divisionismo, avassalando os irmãos da mesma terra, o que de certa forma tem perturbado muitas iniciativas para o fim dos conflitos em África e na RDC em particular, cujo agravamento é acentuado e as zonas parecem cada vez mais descontroladas.

É tempo da África e os africanos entenderem que a questão do conflito na RDC é humana e não material, é de entalidade e não de força, é colectiva e não individual. Se a herança foi imerecida ao contexto, então a mentalidade africana é merecida para o fim do conflito. Que cada africano se assuma com os valores nobres da identidade de África e construção de estados mais sólidos, promissores e comprometidos com a democracia e desenvolvimento.

AUTOR

Ricardo Sacalumbo Bapolo, Capitão de Infantaria das Forças Armadas Angolanas, colocado na Academia Militar do Exército, localizada no Lobito, Província de Benguela, Angola. Natural do Lobito, nascido aos 24 de Junho de 1989, exerce função de 1º Professor de História do Pensamento Militar, Professor de História Militar e História de Angola. É também Professor Universitário, tendo passagem no Instituto Superior Politécnico Maravilha (onde lecionou Metodologia de Investigação Científica, História de África, História de Angola, História da Antiguidade, História da Idade Média e História das Artes) e Instituto Superior Politécnico de Benguela (onde leciona Metodologia de Investigação Científica, Geografia Política, Sistemas

Jurídicos, Políticos e Tradicionais, História de Angola e Educação para Direitos Humanos).

É Licenciado em História pela Universidade Katyavala Bwila. Concluiu o plano curricular de Mestrado em Administração e Gestão Escolar pela Universidade Portucalense - Portugal. Actualmente, está concluindo o Mestrado em Formação de Professores pela UNEATLÂNTICO (Universidade Europeia Del Atlantico)

Contactos: + 244 924876476 - + 244 997876476 (rsbapolo@hotmail.com)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Costa, E. J. (2012). *Geografia Política*. Brasil: CESAD.

Cravino, J. S. (2007). *O Processo Eleitoral na República Democrática do Congo*. Portugal: IPRI.

Filho, H. L. (Junho de 2012). As Teorias do Conflito: Uma aplicação prática à cultura de consensualidade. *Direitos Culturais*, p. 225.

Koide, E. (2013). Espectros da colonização e imagens do Congo (R.D.C.) na arte contemporânea. *Encontro de História de África*, p. 73.

Lemarquis, B. (2024). Crise na RDC. *Jornal de Angola*, 1.

Robbins, P. S. (2005). *Comportamento Organizacional*. São Paulo: Prentice Hall.

Ulisses, P. D. (2021). *República Democrática do Congo: Um País longe da Paz*.

Valenzola, R. H. (Agosto de 2015). Congo, desordem, interesse e conflito. *Série Conflitos Internacionais*, p. 2.

Vezzulla, C. J. (1998.). *Teoria e Prática da Mediação*. . Brasil.

Visentini, P. F. (2010). *A República Democrática do Congo*. Brasília: Thesaurus.